



O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MUZAMBINHO NO CENÁRIO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968

THE PROCESS OF CREATION OF THE MUZAMBINHO EDUCATIONAL FOUNDATION IN THE UNIVERSITY REFORM SCENARIO OF 1968

EL PROCESO DE CREACIÓN DE LA FUNDACIÓN EDUCACIONAL MUZAMBINHO EN EL ESCENARIO DE LA REFORMA UNIVERSITARIA DE 1968

Mateus Camargo Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Muzambinho, Minas Gerais, Brasil

Email: matunicamp@gmail.com

RESUMO

O objetivo desta investigação foi compreender como se deu a criação da Fundação Educacional Muzambinho no contexto da Reforma Universitária de 1968. Utilizando a micro história como referência analítica, foram consultadas atas de reuniões, cartas e trabalhos acadêmicos, em busca de respostas sobre as ações empreendidas para a sua criação, os sujeitos envolvidos e o papel do poder público. A ideia partiu de dois professores de Educação Física recém-formados que conseguiram mobilizar sujeitos e instituições relevantes que se engajaram para a criação da entidade. A presença de sócios doadores de recursos financeiros permitiu que o sonho de Wilian e Lia Mara ganhasse corpo. A doação de prédio por parte da paróquia, bem como as doações financeiras pelo poder municipal evidenciam que, ainda que a Lei 5540/68 priorizasse o crescimento privado no ensino superior, tal política não seria possível sem o auxílio do poder municipal e de políticos diversos.

Palavras-chave: Ensino Superior; Ensino Privado; Educação Física.

ABSTRACT

The purpose of this research was to understand how the creation of the Muzambinho Educational Foundation was created in the context of the University Reform of 1968. Using micro history as an analytical reference, meetings minutes, letters and academic papers were consulted in search of answers about the actions undertaken for its creation, the subjects involved and the role of the public power. The idea came from two newly trained Physical Education teachers who were able to mobilize relevant individuals and institutions who were engaged in the creation of the entity. The presence of donor partners of financial resources allowed the dream of Wilian and Lia Mara to gain a body. The donation of a building by the parish, as well as financial donations by the municipal authorities, show that even though Law 5540/68 prioritized private growth in higher education, such a policy would not be possible without the help of municipal power and various politicians.

Keywords: Higher Education; Private Education; Physical Education.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue comprender cómo se dio la creación de la Fundación Educativa Muzambinho en el contexto de la Reforma Universitaria de 1968. Utilizando la micro historia como referencia analítica, fueron consultadas actas de reuniones, cartas y trabajos académicos, en busca de respuestas sobre las acciones emprendidas para su creación, los sujetos involucrados y el papel del poder público. La idea partió de dos profesores de Educación Física recién formados que lograron movilizar a sujetos e



instituciones relevantes que se comprometieron para la creación de la entidad. La presencia de socios donantes de recursos financieros permitió que el sueño de Wilian y Lia Mara ganara cuerpo. La donación de edificio por parte de la parroquia, así como las donaciones financieras por el poder municipal, evidencian que, aunque la Ley 5540/68 priorizara el crecimiento privado en la enseñanza superior, tal política no sería posible sin la ayuda del poder municipal y de políticos diversos.

Palabras clave: Enseñanza Superior; Enseñanza Privada; Educación Física.

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar que tomou as rédeas do estado brasileiro em 1964 teve na reorganização do ensino superior uma de suas principais políticas educacionais. Essa diretriz se deu por meio de duas ações principais: a reestruturação administrativa e pedagógica das instituições de ensino superior e o incentivo para a expansão privada de cursos e vagas. A primeira ação tratou de redirecionar uma movimentação anterior ao Golpe de 64, de um modelo de instituição que teve na UnB seu projeto piloto. A instituição fora fundada em bases posteriormente consolidadas pelas Reforma Universitária de 1968, mas com proposta pedagógica que primava pela tentativa de inclusão de uma população historicamente excluída da universidade. Segundo Cunha (2007) o novo modelo se pautava pela extinção das cátedras universitárias e a sua substituição pelos departamentos, a instituição de disciplinas e do currículo por meio dos créditos. Era inspirada no sistema norte-americano de ensino superior e se orientava pela “organização e a avaliação da universidade em função da produtividade, da organização racional do trabalho e das linhas de comando, conceitos essenciais às doutrinas de Frederick Taylor e de Henry Fayol” (CUNHA, 2007, p. 22). Ganhou contornos mais amplos a partir dos acordos assinados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), desdobrando-se na Lei 5540, de 28 de novembro de 1968, cuja implantação foi garantida por ações de perseguição a opositores do Regime Militar, como o Ato Institucional 5 e o decreto-lei 477.

A política de expansão do ensino superior privado intencionava a redução da pressão por mais vagas no ensino superior, demanda vocalizada pelo Movimento Estudantil, um dos

principais atores de oposição à Ditadura no período pós Golpe. A existência de estudantes “excedentes”, cujas notas nos vestibulares eram suficientes para o ingresso nos cursos, mas impedidos pela insuficiência das vagas, tornava legítima a luta pela expansão da oferta também entre os setores economicamente abastados.

A Lei 5540 estabelecia que “as universidades e os estabelecimentos de Ensino Superior oficiais deveriam se constituir em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações” (BRASIL, 1968, p.4). As Fundações Públicas de Direito Privado se caracterizavam pela iniciativa de particulares que decidiam empenhar e destinar um determinado patrimônio à realização de uma finalidade de interesse coletivo.

Barros (2007) traz dados que mostram que a política de expansão realmente se materializou. O número de matrículas do setor privado passou de 124.496, em 1968, para 596.565, em 1974; no setor público o crescimento se deu em proporções bem menores: de 153.799 para 341.028. Em termos percentuais as vagas privadas correspondiam a 63,6%, em 1974, enquanto o setor público representava 36,4%. No que diz respeito aos cursos de EF, além do incentivo da legislação federal, haviam outras motivações convergentes com os interesses do governo militar. Por meio do decreto lei 705, de 1969, a Ditadura Militar tornava obrigatória as aulas da disciplina no ensino superior; pouco antes houve a criação das Associações Atléticas cujos objetivos eram fomentar o esporte universitário de alto rendimento e incentivar que a juventude se organizasse em entidades que rivalizassem com os Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes, focos de debate e mobilização políticas (CASTELLANI FILHO, 2008). Além disso, foram criados os



cursos de Técnico Desportivo, que poderiam ser cursados concomitantes à licenciatura em Educação Física. Portanto, o cenário favorecia a expansão dos cursos superiores da área. Em se tratando de Sul de Minas Gerais e Leste Paulista, num território com cerca de 200 municípios, haviam pouquíssimos docentes com formação superior (LEMOS, 1999).

Essa conjuntura permitiu que Muzambinho se tornasse palco para uma Faculdade de Educação Física impulsionada pela iniciativa de dois jovens professores cuja formação básica se dera na cidade: Lia Mara Zaghi e Wilian Peres Lemos. Ambos fizeram sua formação superior na Escola de Educação Física de Minas Gerais, em Belo Horizonte, entre 1964 e 1967. Era a única escola existente no Estado, de forma que os poucos que lá se formavam assumiam as aulas disponíveis na própria capital e entorno. Lemos (1999) afirma que a ideia de construir uma faculdade de Educação Física em Muzambinho se deu por perceberem que não havia professores de Educação Física no interior do Estado, sendo as aulas existentes ministradas por leigos. Diante da constatação, procuraram o Governador mineiro Rondon Pacheco. Segundo Lia Mara, em entrevista concedida ao Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer do IFSULDEMINAS, em 2011, a autoridade estadual os recebeu de forma sarcástica, pois eram jovens e não tinham a menor noção do que era necessário para criar a escola. À época, ela possuía 21 anos e ele, 24.

Em Belo Horizonte eles estreitaram relações com o professor Herbert de Almeida Dutra, membro do Conselho Estadual de Educação e apoiador da iniciativa inovadora. Voltaram à Muzambinho em 1968, se casaram e, concursados, assumiram as aulas de EF na Escola Estadual Professor Salatiel de Almeida, onde fizeram carreira e se aposentaram na década de 90.

Em Muzambinho, os primeiros passos foram dados em conjunto com outros dois entusiastas do projeto: o médico e presidente do Lions Clube, Dr. Antero Veríssimo da Costa, e o pároco da cidade, Frei Rafael Zevenhoven (CARDILO, 2017). A viabilização da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho foi

antecedida pela criação da Fundação Educacional de Muzambinho, instituição responsável por gerir o curso. Questões relativas ao processo acima descrito mobilizaram esta investigação:

Como se deu a instituição da Fundação Educacional de Muzambinho e da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho? Quais foram os passos prioritários para efetivá-las? Quem foram os sujeitos envolvidos e de que forma? Qual a participação do poder público naquela iniciativa privada?

A resposta às questões compõe o objetivo geral deste artigo: investigar o processo de criação da Fundação Educacional de Muzambinho e da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho sob os marcos da Reforma Universitária de 1968. Intenciona-se, sobretudo, compreender como a iniciativa ocorrida em Muzambinho deu forma aos termos previstos na lei 5540/68. Espera-se contribuir para uma compreensão do processo de materialização da política instituída pelos governos militares, identificando ações tomadas num contexto microscópico. Além disso, são escassos os trabalhos historiográficos sobre a expansão de cursos privados, dificultada pela pouca disponibilidade dos documentos que elucidem e materializem as dimensões estruturais da questão.

Alguns estudos analisaram processos de implementação de escolas de Educação Física sob diferentes olhares. Gois Júnior (2017) fez uso de fonte jornalística para compreender as influências presentes na criação da Escola Paulista de Educação Física, na década de 30. Percebe uma ideia de modernidade associada à “conquista de corpos fortes e saudáveis forjados na juventude e na infância” (GOIS JÚNIOR, 2017, p.712), presentes também nas práticas esportivas, jogos e ginástica, acrescida aos saberes científicos caros à época, próprios das ciências biológicas.

Lyra e Mazo (2016) identificaram como a Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul assumiu dois significados ao longo dos anos 30 e 40 do século XX: de reprodutora de um modelo nacional de formação por meio de sua instituição modelo, a Escola



Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD), e precursora de um modelo estadual de formação de professores, à medida em que incorporava, reorganizava e difundia as práticas corporais até então cultivadas na cultura local.

O presente estudo é uma pesquisa historiográfica que se vale de análise documental, apoiando-se na micro-história como referência analítica. De acordo com Levi (1992, p.137) “para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado.” Além disso, “o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (LEVI, 1992, p.139). A expansão superior privada no país foi objeto de pesquisas que a abordaram sob uma perspectiva estrutural, como demanda para a adaptação do país no cenário capitalista mundial associado ao modelo norte-americano de formação superior (CUNHA, 2007).

As fontes documentais consultadas foram as atas de reuniões da Fundação Educacional de Muzambinho e as correspondências enviadas pelo presidente da fundação, Dr. Antero Veríssimo da Costa. Elas foram confrontadas com trabalhos que tematizaram algum aspecto relacionado à Fundação, em especial, as produções de Lemos (1999) e Cardilo (2017). A análise geral da expansão do ensino superior no período baseou-se no trabalho de Cunha (2007). Foram analisadas 16 atas da Fundação Educacional de Muzambinho: a primeira tratou da aprovação do estatuto da entidade, em 02 de junho de 1969; a última trazia dados sobre os balanços da faculdade, datada de 04 de dezembro de 1971. Tais registros foram redigidos à mão pelo Senhor Rubens Bonelli Abrão, primeiro secretário da Fundação. Para dialogar com as informações fornecidas pelas atas foram analisadas 28 cartas datilografadas e enviadas pelo médico e presidente da Fundação Educacional de Muzambinho, circunscritas ao período da investigação. As correspondências pautavam a demanda por patrimônio, sob a forma de doações financeiras, de livros e equipamentos. Também funcionaram para a

mobilização de setores governamentais (do presidente da República ao Ministro da Educação), embaixadas estrangeiras, jornalistas, comunicadores, editoras, bancos, políticos (como os Deputados João Marques de Vasconcelos, Geraldo Freire e Geraldo Renault) e amigos pessoais do então presidente da Fundação Educacional de Muzambinho.

A documentação consultada se encontra no Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer, espaço de salvaguarda, tratamento documental e produção científica existente no prédio da Educação Física desde 2011. Quando da compra do prédio da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho pelo Instituto Federal do Sul de Minas, em 2010, a documentação relativa ao curso de Educação Física criado em 1971 ficou sob responsabilidade do Instituto Federal. A conquista de uma sala própria pelo Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer, em 2012, foi acompanhada pela migração do arquivo morto, especificamente o material que registrava os processos pedagógicos (diários de classe, livros, materiais de congressos, entre outros) e institucionais (como os livros de ata da Fundação Educacional de Muzambinho, cartas, documentos de estudantes, entre outros). A documentação contábil foi deixada no arquivo morto, em virtude do enorme volume e priorização dos documentos já citados.

DESENVOLVIMENTO

A criação da Fundação Educacional de Muzambinho se deu em reunião na Câmara Municipal de Muzambinho em 02 de junho de 1969, contando com a presença de autoridade municipais e dos sócios beneméritos (FEM, 1969, p.1-4). Na reunião, Dr. Antero informou aos presentes sobre uma doação de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) feita pela Prefeitura Municipal de Muzambinho, através da Lei Municipal 754 (CARDILO, 2017). A doação inaugurava uma ação prioritária para a efetivação da entidade: a constituição de patrimônio compatível com o desafio de abrir uma faculdade de Educação Física.



Durante o encontro de inauguração, o Dr. Antero relatou aos presentes os resultados de viagem feita a Brasília, na qual ele, prof. Wilian, Frei Rafael e o motorista José Prado Silva, fizeram contato com pessoas de Muzambinho atuantes ou com bom trânsito no governo federal, para viabilizar audiências com autoridades do executivo federal. Almejavam, inicialmente, que o governo criasse e doasse à Muzambinho uma faculdade de Educação Física. Esclarecidos da impossibilidade do pleito pelo governador de Goiás, que os havia recebido em passagem por Goiânia antes de alcançarem seu destino final, reorientaram suas expectativas quanto ao objetivo da viagem. Tratava-se de angariar recursos para a criação de fundação municipal, passo primeiro para a instalação da faculdade. O texto traz uma narrativa positiva da ida à Brasília, apesar de esclarecer que os auxílios pleiteados não foram contemplados. No entanto, puderam estabelecer diálogo com políticos como Rondon Pacheco, Geraldo Freire e Pedro Aleixo, mineiros importantes no governo do General Artur da Costa e Silva (FEM, 1969, p.2). Percebe-se que os sujeitos engajados na criação da Fundação Educacional de Muzambinho acreditavam num “modus operandi” político centrado na atuação estatal como promotora da política pública; tal ideia ia na contramão do expresso na lei 5540/68 no que dizia respeito ao papel do poder público junto às novas instituições de ensino superior, passando de promotor a regulador de ações no setor. Isso significava que o Estado brasileiro se imiscuía da obrigação de ampliar as instituições de ensino superior públicas, priorizando a criação de mecanismos legais que incentivassem a abertura de cursos de forma privada. A figura jurídica

escolhida para gerir os cursos foram as Fundações, aprovando-as por meio do Conselho Federal de Educação. Segundo Horta (1975), o Conselho Federal de Educação foi fortalecido pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1961, deixando de ser um órgão meramente assessor sobre questões educacionais para deliberar sobre abertura e funcionamento de instituições de ensino superior. Composto em sua maioria por sujeitos ligados ao ensino privado, aprovou 759 dos 938 pedidos de aberturas de cursos novos originados, majoritariamente, de escolas privadas não confessionais que já atuavam nos ensinos primário e secundário. Tais instituições perceberam o movimento de incentivo trazido pelo estado brasileiro e agiram rápida e qualificadamente.

Esclarecidos da impossibilidade estatal, a diretoria da Fundação Educacional de Muzambinho promoveu ações para a constituição patrimonial. Foram mobilizados aproximadamente 130 sócios beneméritos, responsáveis por uma doação mensal de NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos). A paróquia da cidade, sob a direção do Frei Rafael Zevenhoven, doou um prédio antigo localizado na Praça dos Andradas, no centro da cidade. Apesar de estar em condições ruins de conservação a casa serviu de espaço para as aulas de Ginástica Olímpica, a partir de 1971. Posteriormente, foi vendida para a compra de um terreno localizado no Bairro Canaã, como forma de viabilizar financeiramente a construção de uma sede própria para a Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (LEMOS, 1999). As figuras 1 e 2, respectivamente, ilustram os prédios acima referidos:

Figura 1 – Prédio doado pela paróquia à Fundação Educacional de Muzambinho



Nota: acervo do Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer do IFSULDEMINAS

Figura 2 – Prédio próprio da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho



Nota: acervo do Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer do IFSULDEMINAS



Além das doações individuais, o Dr. Antero fez uso das cartas para angariar recursos e equipamentos. Das poucas respondidas presentes no acervo, a maioria manifestava a impossibilidade de contribuir com a Fundação Educacional de Muzambinho. 11 delas foram destinadas a embaixadas de países como Estados Unidos, Itália e União Soviética. Os termos utilizados eram os seguintes:

Na qualidade de presidente da “Fundação Educacional de Muzambinho”, Lembrei-me de fazer-lhe uma visita e uma solicitação: Muzambinho é cidade sem muitos recursos. A “Fundação Educacional Muzambinho” foi criada para instalar e manter escolas de ensino superior na cidade. E sua primeira iniciativa foi planejar uma Escola Superior de Educação Física, cujos papeis de pedido de autorização já deram entrada no Conselho Federal de Educação, protocolados sob o nº 1451. Entretanto, a instalação e o aparelhamento da Escola é caro, sobretudo porque precisamos criar condições para um ensino eficiente. Sabedores do interesse de seu país por iniciativas como a nossa, vimos solicitar-lhe nos consiga de seu Govêrno uma ajuda dentro dos seguintes setores: Livros especializados para Educação Física; material de esporte; material para montagem dos gabinetes das matérias seguintes: Anatomia, Biometria, cinesiologia, Fisioterapia, Higiene, Fisiologia e Socorros de Urgência. Na certeza de que teremos a ajuda solicitada, aproveitamos a ocasião para desejar, na pessoa de V. Excia., toda a felicidade para o povo de seu país e para seu Govêrno. (COSTA, A. V. [Carta] 19 de setembro de 1969, Muzambinho [para] Exmo. Snr. Embaixador da Itália. Itália. 1f. Doação de livros e materiais).

Outras seis cartas foram enviadas a instituições bancárias públicas e privadas solicitando contribuições em dinheiro, tal qual a enviada a Maurício Chagas Bicalho, Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais:

[...] Na condição de Presidente da Fundação Educacional de Muzambinho -

entidade com registro no Livro de notas nº 117, folhas 79 a 89, do Cartório do 2º Tabelionato da Comarca de Muzambinho, Estado de Minas Gerais-vimos a sua presença para expor o seguinte: A Fundação acima mencionada se destina à criação e manutenção de Escolas, neste Município. E sua primeira iniciativa foi o planejamento de uma Escola Superior de Educação Física, cujo pedido de autorização já deu entrada no Conselho Federal de Educação, protocolo sob o nº1451. Convem relevar que na região, num raio de 150 quilômetros, não há Escolas de Educação Física. Entretanto, em vista de a cidade ser pobre em recursos, estamos tendo dificuldades materiais para a montagem da Escola e ampliação do patrimônio da Fundação. Estamos, por isso, em sua presença, solicitando uma contribuição de pelo menos NCr\$ 15.000,00, para amparo ao nosso plano, que só visa, em última análise, ao bem da cidade e da região. Tal doação à Fundação Educacional de Muzambinho, seria, inclusive, deduzida para efeito de imposto de renda. Na certeza de que nosso pedido terá boa acolhida, pois sabemos de seu interesse pessoal e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais pelo progresso e desenvolvimento geral de nossa terra, aguardamos uma decisão favorável e apresentamos desde já, nossos agradecimentos. (COSTA, A. V. [Carta] 15 de setembro de 1969, Muzambinho [para] BICALHO, M.C. Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, S.A. Juiz de Fora. 2f. Doação de verba para a ampliação de patrimônio e montagem da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho).

Outras 14 cartas foram destinadas a deputados e governadores mineiros de diferentes mandatos, pedindo, sobretudo auxílio financeiro para a construção da pista de atletismo para o curso e de Ginásio na praça de esportes do município, conforme carta enviada ao Deputado Federal Geraldo Freire:

[...] Segue junto o requerimento ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, em que,



como Presidente da Fundação Educacional Muzambinho, faço um pedido de verba para a construção do ginásio da Praça de Esportes da futura Escola de Educação Física. Não insisto e nem peço de novo o teu esforço no sentido de conseguirmos tal verba, pois já dissestes em tua carta e - nós te consideramos como tal - isto é -um grande Muzambinhense, que tudo fará por nossa terra. Breve terei o prazer, ou melhor, Muzambinho terá o prazer e a honra de receber-te como cidadão Muzambinhense, para, juntos, inaugurarmos a nossa tão almejada Escola. (COSTA, A.V. C. [Carta] 08 de janeiro de 1970, Muzambinho [para] SILVA, G. F. Brasília. 1f. Solicita verba para construção do ginásio da futura Escola de Educação Física de Muzambinho).

Das 14 enviadas para políticos, cinco foram respondidas. Nelas, eles se comprometiam a auxiliar tanto no processo de autorização do funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho quanto em processos de solicitação de verba pública que já estavam em andamento. Abaixo a resposta do Deputado Geraldo Renault:

Com atenciosa visita, acuso o recebimento de seu ofício 28/71. Analisando o ali exposto, acho melhor o amigo orientar-se pelo seguinte: a) fazer um ofício ao Governador do Estado, Dr. Rondon Pacheco, solicitando-lhe a doação da Praça de Esportes local à Fundação Educacional Muzambinho. Encarecer nesse ofício todos os aspectos possíveis, apresentando justificativa para tal doação. Eu o encaminharei. b) Fazer pedidos, em separado, ao Conselho Nacional de Desportos, à loteria Federal e ao próprio Ministro da Educação, solicitando-lhes verba para terminar a montagem das instalações desse estabelecimento. Salientar os aspectos

possíveis, inclusive o pioneirismo da Escola em nosso interior. Também poderei encaminhar esses pedidos às autoridades respectivas. (RENAULT, G. H. M. [Carta] 08 de novembro de 1971, Mococa [para] COSTA, A. V. Muzambinho. 1f. Orientações para envio de ofícios).

Informações presentes em Lemos (1999) mostram que as demandas pleiteadas pelo deputado junto ao governo federal não foram atendidas. As dificuldades com os espaços ocupados no início do curso levam a Fundação Educacional de Muzambinho a optar pela construção de instalações próprias para a Escola Superior de Educação Física de Muzambinho, em 1978. Tal decisão foi motivada pela impossibilidade de se manterem pagando o aluguel do prédio onde as aulas aconteciam, bem como pelo fato das demais atividades ocorrerem em espaços diferentes na cidade. As aulas teóricas aconteciam no prédio alugado de uma ordem religiosa de freiras, próximo à Avenida Doutor Américo Luz, no centro da cidade. Para as demais aulas os estudantes precisavam se deslocar: as atividades relacionadas aos esportes coletivos com bola ocorriam na quadra descoberta do Colégio Estadual, a poucos metros do prédio das irmãs. As atividades aquáticas se davam na piscina da Praça de Esportes municipal, a cerca de um quilômetro do espaço de aulas teóricas. As vivências de atletismo aconteciam em pista de terra pequena e improvisada num terreno ao lado do prédio das irmãs; as de ginástica se davam numa sala do prédio doado pela paróquia, a 300 metros das salas das aulas teóricas; as de futebol no Estádio Municipal Antonio Milhão, próximo à Praça de Esportes. Eram espaços inadequados para uma faculdade, com equipamentos emprestados e/ou insuficientes. A figura 3 identifica o prédio onde a faculdade começou suas atividades, em 1971.



Figura 3 – Prédio das irmãs, primeira sede da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho



Nota: acervo do Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer do IFSULDEMINAS

Uma das poucas respostas positivas foi emitida pela Empresa de Laticínios Mococa:

Acusamos o recebimento de sua carta de 7 do corrente, solicitando a contribuição de nossa indústria para a base patrimonial necessária para que seja autorizado o funcionamento da Primeira Escola Superior de Educação Física de Muzambinho. É com grande satisfação que, atendendo seu apêlo, estamos lhes passando às mãos o cheque nº 349.136 de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), a cargo do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, destinado àquela finalidade. Nesta oportunidade queremos congratular com os responsáveis pela implantação de tão importante estabelecimento de ensino nessa Cidade, bem como com todo o povo Muzambinhense pelos inúmeros benefícios que a instalação dessa Escola trará a todos. [...] (AMATO, A. [Carta] 29 de março de 1971, Mococa [para] COSTA, A. V. Muzambinho. 1f. Doação de verba para a base patrimonial da Fundação Educacional de Muzambinho).

Com a baixa adesão das entidades privadas e órgãos públicos, o recurso à doação individual voltou a ser utilizado. Segundo ata da reunião da Fundação Educacional de Muzambinho realizada em 09 de fevereiro de 1971, foi deliberado o recolhimento de doações com valores que variavam de NCr\$150,00 a NCr\$300,00 (cento e cinquenta a trezentos cruzeiros novos). O maior recurso foi efetivado por 53 doadores; já o menor valor foi pago por cinco contribuintes. Ao final de 1971, o patrimônio total da Fundação Educacional de Muzambinho era de NCr\$ 125.204,24 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e quatro cruzeiros e vinte e quatro centavos novos), entre ativos financeiros, bens móveis e imóveis (CARDILO, 2017).

Outra ação essencial para a criação do curso dizia respeito à autorização de abertura por parte do Conselho Federal de Educação. Este órgão foi instituído através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 4.024/61, tendo desempenhado um papel significativo no crescimento emergente do ensino superior



privado, à medida em que deliberava sobre a abertura e o funcionamento de instituições de ensino superior. O pedido de autorização de abertura da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho foi encaminhado ao Conselho Federal de Educação em 06 de setembro de 1969:

Antero Veríssimo da Costa, Presidente da Fundação Educacional Muzambinho, vem requerer ao Conselho Federal de Educação, autorização para o funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho, no Estado de Minas Gerais, dentro das normas definidas em Lei. Anexa documentação referente à Fundação Educacional Muzambinho, documentos referentes à estruturação da Escola e aos professores indicados. (COSTA, A. V. [Carta] 06 de setembro de 1969, Muzambinho [para] Presidente do Conselho Federal de Educação. Brasília. 1f. Solicitação de autorização para funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho).

Diante da demora da resposta, cartas endereçadas a políticos pleiteavam intervenção para que a autorização fosse efetivada, conforme correspondência enviada ao Deputado Geraldo Freire:

Fiquei de te escrever dando informes sobre a Fundação, na esperança de que possas fazer alguma coisa em nosso benefício junto ao Ministro da Educação. O processo referente à Escola de Educação Física de Muzambinho tem o nº 1451 de protocolo e se encontra na assessoria do Ensino Superior no Conselho Federal de Educação. Está aguardando novo exame nessa Repartição para que possa ser nomeado o Relator e, em seguida, ser julgado pelo Conselho. Deu entrada na referida Repartição no dia 13 de julho deste ano. Como o trabalho lá é imenso, se não houver uma ajuda superior, poderá lá ficar muitos meses, o que seria extremamente prejudicial à nossa cidade que espera ansiosa esta Escola que será o início de uma nova era para a cidade e para a região. Se puderes pedir ao Ministro um telegrama pedindo exame imediato do processo Muzambinho te

ficará extremamente grato e te devendo mais esse benefício. É nosso desejo obter autorização de funcionamento antes das eleições, será possível? Contamos com tua ajuda, pois o Ministro terá influência decisiva em nossas pretensões. (COSTA, A. V. [Carta] 04 de setembro de 1970, Muzambinho [para] FREIRE, G. Belo Horizonte. 1f. Informes sobre a fundação e pedido de assistência burocrática).

A autorização para o funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho foi publicada em 4 de agosto de 1971, poucos dias após o primeiro vestibular, ocorrida entre os dias 19 e 21 de julho. Com relação a esse evento duas cartas foram destinadas a famosos apresentadores de televisão da época, Flávio Cavalcanti e Silvio Santos, pedindo a divulgação do primeiro vestibular da Faculdade, cujas inscrições estavam abertas de 15 de junho a 10 de julho de 1971.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta investigação historiográfica foi compreender como se deu a criação da Fundação Educacional Muzambinho no contexto da Reforma Universitária de 1968 (lei 5540). Utilizando a micro história como referência analítica, foi consultada documentação na qual foram buscadas respostas acerca das ações empreendidas para a criação da Fundação Educacional de Muzambinho/ Escola Superior de Educação Física de Muzambinho, sobre os sujeitos e suas participações e sobre o papel do poder público. Diante das fontes mobilizadas constata-se que o objetivo de expansão privada do ensino superior brasileiro, tomando a experiência de Muzambinho como referência, encontrou um cenário conjuntural, legal e político favorável, no qual se ampararam dois professores de Educação Física recém-formados. Wilian e Lia Mara conseguiram engajar o Dr. Antero Veríssimo da Costa e Frei Rafael Zevenhoven, sujeitos que colocaram seu prestígio pessoal e das instituições filantrópica e religiosa que encabeçavam para viabilizar a criação da Fundação Educacional de



Muzambinho/ Escola Superior de Educação Física de Muzambinho. A entrada em cena de cerca de 130 sócios beneméritos, pessoas que doavam recursos financeiros à entidade para a constituição de seu patrimônio, permitiu que o sonho ganhasse corpo. A doação do prédio central por parte da paróquia de Muzambinho, bem como as doações financeiras por parte do poder municipal evidenciam que ainda que a Lei 5540/68 abrisse as portas para o crescimento privado no ensino superior, a efetivação da política não seria possível sem o auxílio do poder público local, bem como de políticos estaduais e federais. O empreendimento ocorrido em Muzambinho foi resultado de uma mobilização local sem precedentes que colocou a pequena

cidade no mapa da Educação Física brasileira, já que o curso foi o segundo em funcionamento no estado de Minas Gerais. Estudos como esse são indispensáveis para a valorização dos sujeitos históricos que se engajam em iniciativas nas quais o espírito público se coloca. Além disso, oferece elementos para uma melhor compreensão da expansão superior no país pós Reforma Universitária de 1968. A continuidade dos estudos sobre a Escola Superior de Educação Física de Muzambinho faz-se necessária para compreender para como a Educação Física foi se consolidando no Sul de Minas Gerais a partir da década de 1970, tendo a Faculdade como espaço privilegiado do conhecimento científico na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMATO, Antonio [Carta] 29 de março de 1971, Mococa [para] COSTA, Antonio Veríssimo da. Muzambinho. 1f. **Doação de verba para a base patrimonial da Fundação Educacional de Muzambinho**, 1971.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 nov. 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 nov. 1968. Retificada em 3 dez. 1968.

BARROS, César Mangolin de. **Ensino superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (décadas de 1960/70)**. 125f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2007.

COSTA, Antonio Veríssimo da. [Carta] 06 de setembro de 1969, Muzambinho [para] Presidente do Conselho Federal de Educação. Brasília. 1f. **Solicitação de autorização para funcionamento da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho**, 1969.

_____. [Carta] 15 de setembro de 1969, Muzambinho [para] BICALHO, M.C. Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, S.A. Juiz de Fora. 2f. **Doação de verba para a ampliação de patrimônio e montagem da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho**, 1969.

_____. [Carta] 19 de setembro de 1969, Muzambinho [para] Exmo. Snr. Embaixador da Itália. Itália. 1f. **Doação de livros e materiais**, 1969.

_____. [Carta] 08 de janeiro de 1970, Muzambinho [para] SILVA, G. F. Brasília. 1f. **Solicita verba para construção do ginásio da futura Escola de Educação Física de Muzambinho**, 1970.

COSTA, Antonio Veríssimo da. [Carta] 04 de setembro de 1970, Muzambinho [para] FREIRE, G. Belo Horizonte. 1f. **Informes sobre a fundação e pedido de assistência burocrática**, 1970.



CARDILO, Nara Rachel Salvador. **Uma história institucional da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho (1969-1971)**. Trabalho de Conclusão de Curso. CeCAES, IFSULDEMINAS, Muzambinho, 2017.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 15. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MUZAMBINHO. **Atas.1969-1971**.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. A institucionalização da educação física na imprensa: a construção da Escola Superior de Educação Physica de S. Paulo na década de 1930. **Movimento**, v. 23, n. 2, p. 701-714, abr./jun., 2017.

HORTA, José Silvério Bahia. **A expansão do ensino superior no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

LEMONS, Wilian Peres. **Escola Superior de Educação Física de Muzambinho no contexto da educação física brasileira**. 198f. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zaperllon. Escola Superior de Educação Física do Rio Grande do Sul: de um modelo nacional ao protagonismo de um modelo estadual. **Educação e fronteiras online**, v. 6, n. 18, p. 40-52, set./ dez., 2016.

RENAULT, Geraldo. [Carta] 08 de novembro de 1971, Mococa [para] COSTA, Antero Veríssimo da. Muzambinho. 1f. **Orientações para envio de ofícios**, 1971.

ZAGHI, Lia Mara. **Entrevista**. CEMEFEL – IFSULDEMINAS, Campus Muzambinho. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. 24/11/2011. Disponível em: <<https://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/cemefel/depoimentos>>. Acesso em 27/03/2019.

Dados do autor:

Email: marcelo.fisica25@hotmail.com

Endereço: Avenida Dr. Américo Luz, 400, ap. 801, Centro, Muzambinho, MG, CEP 37890-000, Brasil

Recebido em: 14/03/2019

Aprovado em: 02/04/2019

Como citar este artigo:

PEREIRA, Mateus Camargo. O processo de criação da Fundação Educacional Muzambinho no cenário da reforma universitária de 1968. **Corpoconsciência**, v. 23, n. 01, p. 88-99, jan./ abr., 2019.